ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

ANPUH-BRASIL

O PERFIL PROFISSIONAL DOS HISTORIADORES ATUANTES EM ARQUIVOS

DOCUMENTO FINAL DO ENCONTRO

São Paulo, dezembro de 2012.

APRESENTAÇÃO

Este documento, produzido coletivamente pela plenária final do evento "O perfil profissional dos historiadores atuantes em arquivos", realizado no Arquivo Público de São Paulo (APESP) nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012, e reunindo aproximadamente 200 pessoas, tem por finalidade apresentar às autoridades competentes, às instituições arquivísticas e demais centros de documentação, aos cursos superiores que formam profissionais para atuarem nestas instituições e à sociedade em geral, as diretrizes gerais que a comunidade brasileira de historiadores, representada pela Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), considera imprescindíveis à formação e atuação dos profissionais de História[1] que atuam ou venham a atuar em arquivos e demais entidades que guardam e disponibilizam ao público acervos documentais arquivísticos.

O referido evento organizou-se em cinco grupos de trabalho: "Formação do historiador para atuar em arquivos", "Os historiadores e a difusão cultural em arquivos", "Os historiadores e a gestão documental", "A pesquisa feita por historiadores que trabalham em arquivos" e "Os historiadores e o atendimento aos usuários", os quais procuraram refletir sobre as atividades realizadas em entidades custodiadoras de acervos arquivísticos, considerando as seguintes circunstâncias: aquelas que **devem** contar com a presença de historiadores profissionais, aquelas nas quais a participação de historiadores é **fortemente recomendável** e aquelas cuja atuação destes profissionais agrega significativo valor. O resultado destas reflexões foi debatido em plenária, resultando no presente documento.

A conclusão final é que **a presença de historiadores é imprescindível ao bom funcionamento dessas entidades custodiadoras**, devendo esses profissionais atuarem nas diversas áreas e processos executados por essas instituições, compondo as

[1] De acordo com o PL 4699/2012, já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados, que regulamenta a profissão de historiador, são profissionais de História os formados nos cursos de graduação (Licenciatura ou Bacharelado) ou pós-graduação em História.

equipes multidisciplinares responsáveis pelo seu funcionamento, em **colaboração com profissionais de outras áreas**, especialmente com os arquivistas. Também foi destacada a importância da inclusão de disciplinas e atividades voltadas ao tema nos currículos dos cursos de História a fim de que esses possam qualificar e aprofundar a formação de profissionais capazes de atuar em arquivos e entidades congêneres.

Por isso, pedimos especial atenção aos responsáveis pelos cursos de graduação e pós-graduação em História, e às instituições de caráter arquivístico para as diretrizes expressas nas páginas que seguem.

FORMAÇÃO DO HISTORIADOR PARA ATUAR EM ARQUIVOS[2]

A crescente valorização da memória e as novas temáticas da historiografia têm ampliado a participação dos historiadores em arquivos, centros de memória e centros de documentação. Considerando a atuação desses profissionais na avaliação, organização, definição das políticas de descrição e difusão de documentos de arquivo, a formação do historiador deve capacitá-lo para lidar com conjuntos documentais arquivísticos, garantindo a aquisição de determinadas competências e habilidades, tais como:

- compreensão das transformações da História e sua relação com a constituição de acervos;
- compreensão dos princípios e práticas da Arquivologia, bem como do processo histórico de concepção e consolidação dessa área de conhecimento;
- identificação das implicações provocadas pelas transformações tecnológicas sobre os princípios e as práticas da Arquivologia e da pesquisa histórica;
- conhecimento dos diferentes perfis das instituições arquivísticas e de seu funcionamento;
- reconhecimento das especificidades dos documentos de arquivo;
- compreensão das diferenças e semelhanças entre conjuntos documentais arquivísticos institucionais, pessoais e familiares;
- reconhecimento das origens dos conjuntos arquivísticos e das implicações deste fator na composição e organização dos acervos;
- desenvolvimento de pesquisas históricas relacionadas a diferentes etapas do processo de tratamento dos conjuntos documentais arquivísticos;
- conhecimento da legislação arquivística;
- conhecimento da relação entre a legislação de acesso à informação, o direito à memória e as políticas de acesso das instituições custodiadoras de documentos;

[2] Responsáveis pela coordenação do GT e pela elaboração desta síntese: Márcia Eckert Miranda (UNIFESP) e Janice Gonçalves (UDESC).

- compreensão dos procedimentos necessários ao planejamento, à implementação e à coordenação de projetos de difusão em instituições custodiadoras de documentos.

As estratégias adotadas para a aquisição de tais competências e habilidades poderão ser variadas e podem ser objeto de mais de uma disciplina do currículo. No entanto, é recomendável que as grades curriculares dos cursos de graduação em História contemplem pelo menos uma disciplina específica, de modo a incorporar conteúdos pertinentes a essa aquisição, em articulação com as demais disciplinas.

É também importante que essas disciplinas envolvam vivências nas instituições e/ou com conjuntos documentais arquivísticos (seja em disciplinas de prática curricular, seja, propriamente, em estágios).

Para além das disciplinas, a formação na graduação pode se desdobrar na participação dos graduandos em projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com as instituições arquivísticas. No estabelecimento de tais parcerias, também podem atuar positivamente, e de forma integrada, entidades profissionais (de arquivistas e de historiadores).

Considerando que a formação dos historiadores para a atuação nos arquivos não se esgota na graduação, cabe às universidades, às instituições arquivísticas e às entidades profissionais de historiadores conceber e promover iniciativas que permitam a atualização e o debate a respeito de questões arquivísticas. A ANPUH, em especial, pode regularmente promover publicações, cursos e eventos que discutam tais questões.

OS HISTORIADORES E A DIFUSÃO CULTURAL EM ARQUIVOS[3]

A difusão cultural em arquivos pode ser compreendida de maneira ampla como o conjunto de ações que possibilitam colocar a informação documental à disposição do receptor, facilitando e instigando o acesso aos documentos, proporcionando aos usuários e ao público em geral conhecimento do acervo existente, do contexto da produção desta documentação e da importância do tratamento de acervos arquivísticos e das instituições e profissionais que o fazem.

Esta área de atuação deve ser considerada fundamental para tais instituições, especialmente em tempos de debate amplo a respeito do direito de acesso à informação como exercício da cidadania. Assim, é importante destacar que é por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes documentais e às instituições que lhes custodiam, antecipando ao público as funções de um arquivo e sua riqueza documental; chamando atenção para o que está guardado; dando publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; construindo, através do conhecimento e da crítica a esse patrimônio, a noção do seu valor. Também é importante sublinhar que a manutenção de políticas de difusão é primordial para justificar o investimento público na gestão documental e para garantir o retorno do trabalho de preservação e organização dos documentos à sociedade. Sem ela, o arquivo pode até ser visível à administração, mas será invisível à sociedade.

Numa visão pró-ativa, os arquivos realizam difusão cultural por meio da elaboração dos instrumentos de pesquisa, da confecção de produtos culturais e realização de atividades educativas a partir do seu patrimônio documental, bem como por meio do diagnóstico das demandas dos usuários, com vistas a aprimorar suas ações de difusão.

Faz parte das ações de difusão cultural a publicação de livros, periódicos e conteúdos de internet ligados ao acervo e à memória que ele produz; a estruturação de exposições; a programação de palestras e cursos; a condução de visitas monitoradas na instituição; o atendimento a grupos de alunos e cidadãos em geral; a

---

[3] Responsáveis pela coordenação do GT e pela elaboração desta síntese: Clarissa Alves (APERGS) e Haike Kleber da Silva (APESP).

preparação de materiais didáticos e de apoio à pesquisa; o oferecimento de oficinas pedagógicas com documentos de arquivo, entre outras atividades.

Nesta perspectiva, a participação do historiador torna-se fundamental sempre que o produto de difusão cultural envolva análise e narrativa histórica, já que é a sua formação profissional específica que o capacita a contribuir com competências como: atenção a múltiplas temporalidades; capacidade de crítica, contextualização e interpretação de documentos e de seus produtores; atualização historiográfica; capacidade de relacionar história acadêmica e história ensinada, e história e memória, respeitando referenciais teórico-metodológicos próprios da História.

Nesse sentido, os historiadores **devem atuar:**

- na produção de conteúdos e organização de publicações temáticas ligadas à História;

- na elaboração de textos e seleção da documentação para catálogos, apresentações em seminários e eventos da área em geral;

- na descrição documental para catálogos seletivos com recortes temáticos vinculados à História;

- na curadoria de exposições de caráter histórico;

- na pesquisa histórica e de acervos para produção de materiais educativos, de difusão da história e memória institucionais, e de apoio aos pesquisadores;

- na formulação de oficinas pedagógicas, organização e coordenação de serviços educativos e/ou programas de Educação Patrimonial que enfatizem temáticas históricas e/ou o patrimônio cultural como fonte primária de ensino e aprendizagem;

- na proposição e fomento do debate historiográfico com base nas fontes de arquivo, sempre promovendo a ampliação do campo de abrangência dos usuários.

Para melhor compreensão das atividades nas quais os historiadores devem atuar, destaca-se a necessidade de entender a formação deste profissional em sua integralidade – sem distinções entre bacharéis e licenciados – já que os historiadores profissionais estão aptos a contribuir com os arquivos tanto na pesquisa e interpretação das fontes arquivísticas, de acordo com referenciais teórico-metodológicos da História, quanto na proposição, criação, planejamento e execução

de atividades de difusão de cunho educativo e cultural, visando sempre a problematização e valorização do patrimônio cultural.

Também é **fortemente recomendado** que os historiadores atuem, em parceria com outros profissionais:

- na produção de instrumentos de acesso e pesquisa, como guias de acervo, inventários e catálogos;

- na produção de projetos para captação de recursos, subvenções e patrocínios que viabilizem a realização de ações na área de difusão e pesquisa histórica;

- na formulação e aplicação de estudos de usuários e diagnósticos de suas demandas, especialmente no que concerne a pesquisadores da área da História.

Os historiadores **também podem** contribuir:

- no assessoramento à construção de produtos de comunicação, como notícias para a imprensa, sites e mídias sociais institucionais etc.;

- na formulação e aplicação de atividades de sensibilização de funcionários e servidores dos próprios arquivos para com a preservação do patrimônio e o valor histórico da documentação por eles salvaguardada;

- na criação de ações e projetos de preservação da documentação, sempre em parceria com arquivistas e profissionais da área de conservação e restauro.

OS HISTORIADORES E A GESTÃO DOCUMENTAL[4]

Neste tópico, é preciso considerar inicialmente uma situação bastante conhecida, que diz respeito às diferentes realidades regionais e de situação profissional, com localidades que não possuem profissionais de arquivo para efetuar as ações de gestão documental, as quais acabam por serem realizadas pelos historiadores, sem o devido preparo. Além disso, deve-se sublinhar as divergências de concepção do sentido da expressão "gestão documental", que possui certos significados distintos para as áreas da História e da Arquivologia, em especial no que diz respeito à ênfase quanto às razões que devem presidir tal gestão, evidenciando a necessidade de uma aproximação profissional mais efetiva.

Em síntese, pode-se dizer que os historiadores em arquivos, no campo da gestão documental, em conjunto com arquivistas e demais profissionais, devem participar e contribuir na:

- formulação e implementação da política de gestão documental, levando em conta todo o ciclo de vida dos documentos (fase corrente, intermediária e permanente), possibilitando maior visibilidade do interesse social, científico e cultural dos arquivos.
- elaboração de instrumentos técnicos de gestão documental (Planos de Classificação, Tabelas de Temporalidade, Sistemas Informatizados, Censos, Guias etc.), buscando sempre a preservação de documentos para além de seus efeitos administrativos e probatórios, valorizando a memória institucional e social.
- orientação e apoio às comissões de avaliação de documentos, enfatizando a garantia da preservação e o acesso, qualificando a atividade de análise, avaliação e seleção.
- definição dos requisitos de sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, garantindo a sua preservação para a pesquisa.

---

[4] Responsáveis pela coordenação do GT e pela elaboração desta síntese: Paulo Knauss (APERJ) e Alexandre Veiga (Memorial da Justiça do Trabalho no RS).

– realização de pesquisas para caracterização do contexto arquivístico, elaborando estudo de caracterização da história arquivística e da história administrativa de modo fundamentado e atualizado com os debates historiográficos, não limitadas aos marcos normativos.

Por fim, cabe considerar que toda a atuação dos historiadores em arquivos deve ser desenvolvida em ambiente de colaboração e cooperação profissional, favorecendo o diálogo multidisciplinar, valorizando a diversidade de enfoques sobre a gestão documental. Além disso, esta atuação deve se fundamentar no compromisso com o desenvolvimento de conhecimentos, competências e habilidades específicas, inclusive de reflexão teórico-metodológica sobre as relações entre as áreas do conhecimento envolvidas nesta temática: História, Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Ciência da Informação, entre outras.

A PESQUISA FEITA POR HISTORIADORES QUE TRABALHAM EM ARQUIVOS[5]

De início, é necessário chamar a atenção para dois tipos diversos de pesquisa histórica promovida institucionalmente em arquivos: aquela que visa a apoiar o tratamento técnico dos conjuntos documentais e a que se destina a divulgar documentação custodiada, de forma a afirmar a importância da instituição e de seu acervo, chamando a atenção para a potencialidade dos documentos enquanto elementos probatórios e como fontes para a pesquisa acadêmica. Nos dois casos a figura do historiador é central: no primeiro, ele é indispensável na elaboração da história das entidades coletivas, pessoas ou famílias produtoras (História Administrativa/Biografia) dos conjuntos documentais, bem como na historicização da formação e tratamento técnico, principalmente as opções metodológicas que nortearam a organização e a descrição desses conjuntos (História Arquivística); no segundo, ele deve sempre estar presente em iniciativas de pesquisa sobre o acervo para fins de sua difusão.

É recomendável que as instituições arquivísticas utilizem historiadores integrantes de seu corpo técnico na condução de pesquisas voltadas ao estudo de suas próprias trajetórias, o que inclui suas políticas e práticas arquivísticas. Também recomenda-se que a mesma preocupação se faça presente nos cursos de graduação e pós-graduação em História, a fim de estimular linhas de pesquisa voltadas para o universo dos arquivos e suas práticas.

Ressalta-se que a reflexão crítica acerca da metodologia e dos procedimentos arquivísticos é uma tarefa eminentemente multidisciplinar. Nesse sentido, a presença de historiadores nesses fóruns é extremamente oportuna, somando seu conhecimento e reflexão específicos às experiências e conhecimentos de outros profissionais.

---

[5] Responsáveis pela coordenação do GT e pela elaboração desta síntese: Fátima Martins Lopes (UFRN) e Luciana Heymann (CPDOC/FGV).

OS HISTORIADORES E O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS[6]

É unânime a certeza de que o historiador pode integrar e contribuir substancialmente em equipes para atendimento a usuários, ainda que não seja obrigatória sua presença. Na hipótese de sua participação, como os demais profissionais envolvidos nesse serviço, ele deve possuir os seguintes atributos:

- conhecimento amplo do acervo e de seus instrumentos de pesquisa;
- sólida formação metodológica;
- conhecimento atualizado quanto à produção acadêmica, especialmente no que diz respeito a temas, fontes, abordagens;
- domínio da legislação sobre acesso.

Recomenda-se que as instituições arquivísticas tenham como objetivo a autonomia do pesquisador. Nesse sentido, os instrumentos de pesquisa – em formato tradicional (guias, inventários etc., impressos ou não) ou eletrônico (bases de dados) – devem ser concebidos de maneira a que sejam auto-explicativos, prescindindo de informações complementares para que possam ser usados. Principalmente no mundo digital, a fragmentação da informação, risco comum no acesso por meio de base de dados, deve ser minimizada por instrumentos bem elaborados (dos pontos de vista arquivístico e editorial), contextualizados (dos pontos de vista arquivístico e histórico) e que permitam a pesquisa em diferentes níveis do acervo.

---

[6] Responsáveis pela coordenação do GT e pela elaboração desta síntese: Beatriz Kushnir (AGCRJ) e Vitor Manoel Marques da Fonseca (AN e UFF).